

# A Construção da Esfera Política: a (in)visibilidade da mulher catarinense<sup>1</sup>

The Construction of the Political Sphere: the (in)visibility of women in Santa Catarina

Júlia Schuster Strack<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a trajetória da primeira prefeita eleita de Santa Catarina no ano de 1988, Maria Zandonadi de Carvalho (PMDB), para refletir sobre a invisibilidade das mulheres na política catarinense. Entrelaçando conceitos de política de presença e de ideias (Phillips, 2001), representatividade de gênero (Biroli, 2010), estereótipos esfera privada/pública (Pedro, 2017) e o conceito de capital familiar (Bourdieu, 1989) busco demonstrar como o modelo político local reproduz visões “assistencialistas” que confinam mulheres ao cuidado. A partir do depoimento de Zandonadi, identifica-se o uso estratégico de pautas “femininas” e a limitação que essa lógica impõe à formulação de políticas estruturais.

**Palavras-chave:** Santa Catarina; gênero; mulheres na política.

**Abstract:** This article analyzes the trajectory of the first woman elected mayor in the state of Santa Catarina in 1988, Maria Zandonadi de Carvalho (PMDB), in order to reflect on the invisibility of women in politics in the region. By interweaving the concepts of politics of presence and politics of ideas (Phillips, 2001), gender representation (Biroli, 2010), public/private sphere stereotypes (Pedro, 2017), and the notion of family capital (Bourdieu, 1989), I aim to demonstrate how the local political model reproduces "assistentialist" views that confine women to the sphere of care. Based on Zandonadi's testimony, the analysis identifies the strategic use of "feminine" agendas and the limitations that such logic imposes on the formulation of structural public policies.

**Keywords:** Santa Catarina; gender; women in politics.

## Introdução

Em 1935, Santa Catarina elegeu Antonieta de Barros como deputada estadual, tornando-se o primeiro estado brasileiro a ter uma mulher negra ocupando um cargo

---

<sup>1</sup> Artigo realizado para a disciplina de História de Santa Catarina, do curso de História da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Prof.<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff. Florianópolis, 2023.

<sup>2</sup> Graduanda de História na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail para contato: [julia-strack@hotmail.com](mailto:julia-strack@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0124-4763>.

parlamentar. Esse marco inicial parecia anunciar um caminho promissor rumo à inclusão e à diversidade política no estado. No entanto, a trajetória posterior nos revela um cenário bem diferente: a representação de mulheres seguiu marcada pela escassez e pela invisibilidade. E, a presença de mulheres nos espaços de poder, quando ocorre, não garante automaticamente uma política de gênero efetiva, como alerta Anne Phillips (2001), ao distinguir entre uma política de ideias e uma política de presença. Dessa forma, é necessário compreender que a qualidade da representação política depende de um partido político que se responsabilize pelas opiniões que eles afirmam representar, onde o representar significa agir, visto isso: “Nós podemos não ter mais muita esperança de participar nas atividades de governo, mas resta, ao menos, a possibilidade de exigir que nossos políticos façam aquilo que prometeram fazer.” (Phillips, 2001, p. 271). Para além da ocupação simbólica de cadeiras, é preciso questionar se essas mulheres conseguem, de fato, representar demandas de gênero em um sistema político que historicamente as marginaliza.

Historicamente, as mulheres têm enfrentado inúmeras barreiras no campo político. Sendo alvo de violência política de gênero, enfrentam dificuldades na própria inserção e manutenção na vida política. Em Santa Catarina, não é diferente. Segundo uma reportagem da revista Portal Catarinas<sup>3</sup>, 61% das candidatas catarinenses dizem já terem sofrido violência política de gênero. Diante das 36 candidatas entrevistadas em 2020, a pesquisa revela que 69% delas já sofreram violência por serem mulheres, 61% já sofreram ou sofrem violência política de gênero e 47% sofreram esses ataques na internet. A jornalista e cientista política Flavia Biroli aponta que:

A oposição entre, de um lado, feminino e espaço privado, e, de outro, masculino e espaço público, discutida em estudos como os das cientistas políticas Carole Pateman (1993) e Susan Okin (1998, 1989), está na base desses estereótipos, confirmando divisões e hierarquias que colaboram para a marginalização das mulheres da e na esfera política. (Biroli, 2010, p. 273)

Desse modo, percebe-se que existe uma tradição de silenciamento das mulheres nos espaços de tomada de decisões. Esses estereótipos evidenciados por Biroli (2010) complementam com a deslegitimação do espaço público ocupado por mulheres, e a violência política de gênero acaba sendo um meio utilizado para retirar a mulher do “local que não a pertence”.

---

<sup>3</sup> GUZZO, Morgani. Em Santa Catarina, 61% das candidatas dizem já terem sofrido violência política de gênero. **Portal Catarinas**, Florianópolis, 3 dez. 2020. Disponível em: <https://catarinas.info/em-santa-catarina-61-das-candidatas-dizem-ja-terem-sofrido-violencia-politica-de-genero/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

Este artigo parte desse panorama para analisar a invisibilidade da mulher catarinense na política, com foco na trajetória de Maria Zandonadi de Carvalho, primeira prefeita do estado no ano de 1988. Eleita pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no município de Bom Jesus da Serra/SC, Zandonadi é uma mulher branca, viúva, cuja entrada na política ocorreu durante a transição democrática pós-ditadura civil-militar.

O fato de Santa Catarina ter demorado sessenta anos para eleger uma mulher ao executivo municipal, após Alzira Soriano ter se tornado prefeita em 1928 no Rio Grande do Norte, sob forte resistência e ataques misóginos, revela muito sobre os limites da democracia representativa catarinense. Embora o estado tenha se destacado precocemente com Antonieta de Barros, sua postergação em eleger mulheres para cargos de comando aponta para uma cultura política que, apesar de algumas exceções notáveis, continua a excluir sistematicamente as mulheres da esfera do poder. A partir do depoimento de Maria Zandonadi e do uso da história oral como ferramenta metodológica, este trabalho busca compreender os sentidos dessa exclusão e os modos pelos quais as mulheres, ainda assim, constroem trajetórias políticas em contextos adversos.

## **O papel da mulher na esfera pública**

A atuação pública das mulheres é vista como algo feminino, do cuidado e da beleza. Pautas referentes ao espaço privado caem nas mãos das mulheres para serem abordadas no campo público/político. O estereótipo de diversas profissões são consideradas como uma extensão das atividades do lar, apenas por serem geridas pelas mulheres. A historiadora Joana Maria Pedro apresenta que:

Entretanto, foi através de algumas destas profissões que muitas mulheres ganharam destaque na esfera pública; eram professoras, por exemplo, as principais sufragistas. A educação, neste caso, pode ser pensada com um capital simbólico – como o passaporte para assuntos públicos. (Pedro, 2017, p. 36)

Movimentos sociais foram criando força nos anos 60 no Brasil e muitos deles contavam com o protagonismo de mulheres. É através desses movimentos sociais que uma nova forma de política se consolida. Reivindicações e conquistas de novos direitos através da transformação de assuntos ditos como privados debatidos publicamente embaralham as pautas “tradicionais” da esfera pública quanto da privada (Pedro, 2017). Dessa forma, o clichê de temáticas consideradas femininas *versus* masculinas faz com que a responsabilidade de tais assuntos sejam destacados conforme o gênero. Segundo Miguel e Biroli, “[...] a construção da

divisão entre uma esfera privada feminina e uma esfera pública masculina faz com que as mulheres na política se vejam na posição de forasteiras, tendo que reafirmar, a cada momento, seu “direito” de estar ali.” (Miguel; Biroli, 2009, p. 73). Assim destaca-se a invisibilidade da mulher na política em um espaço de contínuo constrangimento e a falta de representação.

Partindo dessa análise, destaco como fonte documental a entrevista concedida ao Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC), que conta com o depoimento de Maria Zandonadi de Carvalho (PMDB), primeira prefeita mulher eleita do estado de Santa Catarina no município de Bom Jardim da Serra, em 1988, que, em seu mandato atuou principalmente com projetos que beneficiaram outras mulheres. Porém, os temas das propostas se referem ao papel tradicional da mulher, como proteger crianças carentes, auxiliar na criação de peças de roupas para pessoas em situação de vulnerabilidade. Deixando claro que esses projetos beneficentes, bem como as propostas gerais não podem ser inferiorizadas, visto que são de extrema importância para a atuação de uma boa assistência social. Mas, como apresenta Rosana Duarte Carvalho Zimmermann:

“[...] elas remetem a mulher ao seu papel tradicional, que não é o de fazer política no sentido de interferir na vida da sociedade, com leis, por exemplo. Tais propostas remetem a mulher ao papel assistencialista que ela sempre teve: do mesmo modo que em casa ela cuida dos filhos, na sociedade ela implanta creches. Isso não é nada mais que uma projeção do papel tradicional para o coletivo. (Zimmermann, 1996, p. 114)

Segundo a mesma, no estado de Santa Catarina, até o momento de sua pesquisa realizada em 1996, as candidaturas de mulheres no Estado não se identificavam com o Movimento de Mulheres, apenas defendiam temas partidários relacionados à forma de representação masculina. As causas são diversas, sendo elas principalmente a baixa presença de mulheres candidatas na política catarinense, fazendo com que não haja representatividade atuante no poder legislativo e machismo impregnado nos setores de tomada de decisão contribui para a perpetuação das mulheres como alvos de várias formas de violência política de gênero. Sem um vínculo político-feminista, as mulheres acabam presas à lógica do “voto útil” e às estratégias de poder masculino, limitando seu agir político a funções assistenciais e tornando-as alvos preferenciais de ataques misóginos.

### **Relato da primeira prefeita eleita em Santa Catarina**

A historiografia conhecida como “oficial” não é capaz de abordar perspectivas sobre as mulheres, pois foi construída em cima de um sistema patriarcal. O historiador Nikolas Corrent

vai dizer que “[...] as mulheres viram suas histórias dissolvidas na historiografia escrita por homens.” (Corrent, 2022, p. 325). Diante disso, a história oral possibilita dar voz aqueles que foram silenciados e invisibilizados na historiografia. As historiadoras Anamaria Marcon Venson e Joana Maria Pedro explicam sobre identidade do sujeito se ausentar de fontes escritas, resgatada através da memória como categoria de análise:

Estamos, afinal, considerando a narrativa oral como um processo e reconhecemos que estamos implicadas no resultado da entrevista, pois contribuimos com sua criação por meio de nossa presença, de nossas perguntas, de nossas reações. Nós, perguntadora e perguntada, nos observamos durante um encontro mediado por um gravador e um caderno de anotações. Não é nossa intenção recolher memórias como se elas fossem dadas, já prontas à nossa espera, afinal não há fonte que preexistia à pesquisa. Tampouco esperamos nos colocar numa posição de quem chega para ouvir um testemunho, ou um depoimento, ou para arrancar uma verdade da pessoa que nos fala. (Venson; Pedro, 2012, p. 136)

A partir desses conceitos, evidencio aqui o relato de Maria Zandonadi, que conta sobre suas vivências como mulher desde sua infância até o seu mandato como prefeita. Na entrevista realizada com a então ex-prefeita, ela conta que desde sua infância trabalhava em casa: “Eu fazia tudo, lavava, passava, só não cozinhava muito, porque a minha mãe era cozinheira. Mas naquele tempo meu pai trabalhava, todo mundo trabalhava, tinha que ter alguém direto do serviço, isso sempre fui eu.” (Carvalho, 2023, p. 7). A filha de Maria Zandonadi, presente na entrevista, completa dizendo:

Então, a mulher, a gente sabe da história, então, os homens iam trabalhar para adquirir um pouco mais de conhecimento, e as mulheres ficavam mais em casa para ajudar, para fazer uma família enorme. E a mulher que tinha que trabalhar, então o estudo da mãe foi até o terceiro ano e deu, mas ela aprendeu muito bem. (Carvalho, 2023, p. 7)

Além disso, a ex-prefeita contou que sua família vinha de uma tradição política. Seu pai não chegou a se candidatar, mas como conta Maria Zandonadi, era cabo eleitoral. Já o seu tio era vereador e, nesse meio tempo, conheceu seu marido, em um hospital onde seu tio estava internado. “[...] esse moço que eu casei também era vereador, tinha ido visitar o meu tio, nós nos conhecemos lá.” (Carvalho, 2023, p. 9)

Maria Zandonadi ganha destaque quando seu marido se torna prefeito do município e, como primeira dama, ela criou o “Clube de Mães”, onde produziam, segundo sua filha:

Roupa de cama, o pessoal não tinha para os bebês, tinham bebês que nasciam que não tinha roupa. E ela começou a fazer isso e foi se destacando, e aquilo virou uma massa. Em todo lugar tinha um clube de mães funcionando. Tinha palestra, tinha o que mais que ia? Ia palestrante, e o pessoal fazia recreação, e não era só para idosos, era até para meninas que não estavam na escola porque era muito interiorzão e não tinha. Aí foi criando, né, mãe? O Estado criou algumas escolas multisseriadas em alguns

lugares. Aí ela se destacou muito, o pai estava ali, aí ela se destacou. (Carvalho, 2023, p. 15)

Assim começa sua campanha para ser prefeita em 1988, com o falecimento de seu marido que na época era prefeito e seu destaque pela sua atuação no clube de mães. Após eleita, em seu mandato foram construídas creches e escolas, um hospital, um terminal rodoviário municipal e o clube de mães que continuou com seu mandato. Como era uma cidade pequena e interiorana, a ex-prefeita conta que muitas pessoas batiam em sua porta, e elas e os filhos tinham que atender. Maria Zandonadi conta que se “Precisava de um carro para levar a mãe doente, tinha que ser lá em casa.” (Carvalho, 2023, p. 21). Assim, ela quem telefonava para o taxista ir até a casa dela. Visto que, para combinar qualquer coisa que fosse, “não tinha rádio, não tinha nada.” (Carvalho, 2023, p. 21). Desse modo se estabelece a trajetória política de Maria Zandonadi até sua entrada na esfera política como prefeita. Conhecida como “prefeita do povo”, ela esteve presente ativamente no trabalho social e comprometida com a população da cidade.

### **Capital familiar e vida política da mulher catarinense**

Vimos, na seção anterior, através do depoimento da ex-prefeita, que o início de sua carreira política se deu pois sua família já possuía contato com a política, sendo seu pai cabo eleitoral; seu tio vereador e o seu marido vereador que posteriormente se tornou prefeito municipal. Estudos afirmam que a trajetória política de mulheres no Brasil é a principal rota de acesso delas aos cargos políticos (Miguel; Queiroz, 2006, p. 370). Ou seja, o capital familiar<sup>4</sup> é importante para a inserção de muitas mulheres na política.

Conectando a ideia de trajetória familiar com o conceito de capital social, de Pierre Bourdieu (2007), compreende-se que a estrutura que sustenta o poder das famílias na política, é o capital, sendo eles: o familiar, o político e o simbólico. Aqui, será analisado o primeiro. Para o autor, o capital social se refere a um:

Capital de relações mundanas que podem, se for o caso, fornecer “apoios” úteis; assim como capital de honorabilidade e de respeitabilidade que, muitas vezes, é indispensável para atrair ou assegurar a confiança da alta sociedade e, por

---

<sup>4</sup> Embora não tenha encontrado nenhuma fonte que evidencie dados sobre o capital familiar político sob recorte de gênero em Santa Catarina, estudos gerais sobre o estado apontam a grande presença do capital político catarinense, como a dissertação de Raquel Favretto, intitulada *A política como profissão: trajetória de políticos do poder legislativo catarinense*.

consequente, de sua clientela, além da possibilidade de servir de moeda de troca, por exemplo, em uma carreira política. (Bourdieu, 2007, p. 112)

Sendo assim, as mulheres muitas das vezes não são eleitas pela sua trajetória pessoal e sim pelas relações de parentesco, levando a ter sucesso na política pelo simples fato de fazer parte de um grupo familiar com tradição na política.

Ao analisar de modo intrínseco a trajetória da ex-prefeita Maria Zandonadi e os estudos dos pesquisadores Antonio Teixeira de Barros e Willber da Silva Nascimento, nota-se que:

As pesquisas empíricas mostram que as mulheres são as que mais se beneficiam do capital familiar, principalmente no caso de partidos tradicionais, conservadores e de direita. Esse tipo de capital é mais concentrado em regiões menos desenvolvidas, com baixo índice de desenvolvimento socioeconômico e eleitores pouco escolarizados. (Barros; Nascimento, 2021, p. 210)

Sob perspectiva dos pesquisadores, a ex-prefeita que era de um partido considerado tradicional em Santa Catarina, bem como estando inserida em uma cidade pequena e interiorana, revela-se integrante no capital familiar político no município. Este contexto desempenhou um papel significativo em sua ascensão à posição de prefeita, diferenciando-se da mera representatividade de gênero ou apenas pela adesão dos eleitores às suas ideias políticas. Em outras palavras, o capital familiar político emerge como um elemento crucial nesse processo eleitoral.

Em uma perspectiva geral da mulher catarinense inserida na política, as pesquisadoras Nilce T. Massignan Salvador e Zuleika Mussi Lenzi apresentam que o fato do maior número de mulheres eleitas prefeitas ter ocorrido em municípios com menos de 10.000 habitantes possui duas justificativas. (Salvador; Lenzi, 2015, p. 22). A primeira significa que o sucesso eleitoral se dá pela proximidade da candidata com o povo, visto que a cidade é pequena e quase todos se conhecem, no qual possibilita maior conhecimento de seu capital político. Por outro lado, é preciso considerar que a maioria das cidades catarinenses possuem menos de 15.000 habitantes. Portanto, é importante considerar que a quantidade de mulheres eleitas prefeitas em cidades com menos de 10.000 habitantes pode ser influenciada pelo fato de que a maioria dos municípios no estado se enquadra nessa faixa populacional.

A dicotomia entre o privado-doméstico evidencia-se no relato apresentado na entrevista. A delimitação do espaço privado, no entanto, não pode desconsiderar que as atuações da mulher na política, mesmo que visando o espaço privado, não são importantes para outras mulheres. Além disso, conforme cita Pedro, “[...] por mais que trabalhem e recebam salários, atuando no mercado ou no setor público, considera-se que as mulheres mais ajudam

que trabalham. Mulheres fisicamente exaustas são visualizadas como se não estivessem trabalhando ou, então, que aquilo que fazem é “trabalho leve.” (Pedro, 2017, p. 35)

Ademais, através dos movimentos sociais dos anos 60 que são reivindicados diversos direitos, no qual:

Convém destacar que diversas reivindicações destes movimentos foram feitas em nome dos papéis familiares desempenhados pelas mulheres na esfera privada. Ou seja, eram como mães, esposas e donas de casa que as mulheres reivindicavam creche, postos de saúde, moradia, etc. O canal político de reivindicação foi, por sua vez, constituído fora das instâncias políticas normativas dos partidos. (Pedro, 2017, p. 36)

Assim como o exemplo destacado da ex-prefeita Maria Zandonadi, onde criou o Clube de Mães, mulheres vem politizando questões consideradas privadas e pouco abordadas por homens.

A politização das demandas “privadas” pelas mulheres, seja por meio de creches, saúde ou assistência social, revela tanto uma estratégia quanto às limitações impostas pelo modelo patriarcal. Ao reivindicar direitos a partir de seus papéis tradicionais, as mulheres conseguem atravessar as barreiras de um sistema político excludente, mas, ao mesmo tempo, reforçam estereótipos que limitam sua autoridade ao campo do cuidado. O exemplo de Maria Zandonadi, ao fundar o “Clube de Mães” e levá-lo ao centro de seu mandato, ilustra essa ambivalência: ela inaugurou um canal de participação efetiva para mulheres em um município rural, mas o fez dentro de uma lógica assistencialista que pode naturalizar a ideia de que a política feminina está atrelada somente à dimensão doméstica. É justamente nesse nó que a história oral se mostra fundamental: ao dar voz a essas narrativas, podemos problematizar tanto as resistências quanto as reproduções dos papéis de gênero, apontando caminhos para que a atuação política das mulheres ultrapasse o cuidado como único campo de intervenção e avance para a formulação de políticas estruturais de igualdade.

Porém, devemos levar em conta o contexto histórico e estrutural em que a prefeita foi eleita. Nessa época, não havia muitas mulheres em postos de comando, como é o caso da política. A prefeita, estando nessa lógica assistencialista, não faz com que não mereça reconhecimento. Para Pedro (2017, p. 36): “[...] eram como mães, esposas e donas de casa que as mulheres reivindicavam creche, postos de saúde, moradia, etc. O canal político de reivindicação foi, por sua vez, constituído fora das instâncias políticas normativas dos partidos.”

## **Considerações finais**

A presença e representatividade da mulher catarinense na política revela uma realidade complexa, permeada por desafios históricos e sociais que moldaram o papel das mulheres nesse cenário. Desde Antonieta de Barros<sup>5</sup>, primeira catarinense deputada estadual negra eleita no Brasil em 1935, até a primeira mulher prefeita do Brasil no ano de 1928 na cidade de Lages-RN<sup>6</sup>. Observamos o “atraso” de Santa Catarina ao eleger a primeira prefeita mulher somente após 60 anos desde a primeira prefeita mulher eleita. O panorama geral revela uma continuidade de exclusão: o espaço público ainda é percebido como domínio masculino, e toda inserção de mulheres aí ocorrida se dá em condições de visível desvantagem.

A invisibilidade e as dificuldades enfrentadas pela mulher catarinense na política não podem ser ignoradas. O dado de que 61% das candidatas catarinenses já sofreram violência política de gênero (Portal Catarinas, 2020) não deve ser visto como caso isolado, mas como sintoma de uma cultura política que naturaliza o assédio, a intimidação e o desrespeito às mulheres. Essa violência não surge “espontaneamente”, ela nasce do mesmo estereótipo que confina a atuação das mulheres ao cuidado e ao assistencialismo. Estereótipo que, ironicamente, acaba por ser reforçado até mesmo por políticas “femininas” de caráter social, como o Clube de Mães de Zandonadi.

Se ações como essa são fundamentais para atender demandas urgentes das comunidades, elas também indicam a urgência de romper com a lógica de que a política das mulheres só pode ser aquela marcada pelo “cuidado”. Diante desse panorama, é crucial desafiar estereótipos, combater a violência política de gênero e promover a participação ativa das mulheres em todos os níveis da política. A representatividade deve transcender a mera presença numérica, buscando uma atuação comprometida e eficaz na defesa dos direitos e interesses das mulheres catarinenses. A história política do estado deve ser reescrita para incluir as narrativas das mulheres, reconhecendo suas contribuições e superando a invisibilidade que historicamente as mantiveram à margem do poder político.

Como últimas considerações a respeito da inserção de mulheres na política catarinense, muitas das mulheres se vêem primeiro como membros de um partido, e depois como mulher ou feminista por medo de sua carreira ser prejudicada ou perder a credibilidade com outros “companheiros” do partido inserido (Martins, 1987). Mulheres partidárias vem enfrentando um espaço predominantemente dominado por homens historicamente, isso não apenas limita o

---

<sup>5</sup> Vale lembrar que Antonieta de Barros enfrentou durante seu mandato em Santa Catarina a discriminação por ser mulher, por ser negra e por ser pobre.

<sup>6</sup> Importante salientar que Alzira Soriano, primeira prefeita eleita no Brasil, foi eleita sob ataques pessoais contra sua moral, tratando a mulher pública como prostituta.

acesso das mulheres à política, mas também as sujeita a diversas formas de violência política de gênero. Dessa forma, a narrativa oral de Maria Zandonadi não pode ser considerada representativa apenas por ser mulher. Confiar apenas em trajetórias individuais perpetua um falso mito do “poder feminino” que vence obstáculos sozinha. A verdadeira transformação exige mudanças estruturais na cultura partidária, nas instituições legislativas e na própria sociedade catarinense, para que nenhuma mulher precise mais escolher entre ser efetiva na política e ser relegada ao “papel tradicional”. Só assim poderemos ressignificar a esfera pública, não como espaço de concessões, mas como palco de igualdade real.

### Referências Bibliográficas:

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, nº 34, janeiro-junho de 2010, p. 269-299.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **O campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 5, p. 193–204, jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Ed. Difel, Lisboa, 1989.

CARVALHO, Maria Zandonadi de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Teresa Kleba Lisboa. Realizada em 24 de janeiro de 2023, em Criciúma, Santa Catarina. **Acervo do LEGH/UFSC**. Transcrita por Antonia Dnara da Costa Nascimento Lima. 45 p.

CORRENT, Nikolas. HISTÓRIA ORAL & HISTÓRIA DAS MULHERES. **História e Cultura**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 325-339, 3 ago. 2022.

ENGLER, Isabel. **A primeira prefeita brasileira Alzira Soriano: o poder político coronelístico, lages/rn, 1928**. 2019. 69 f. Monografia (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3503>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FAVRETTO, Raquel. **A POLÍTICA COMO PROFISSÃO: TRAJETÓRIA DE POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO CATARINENSE**. 2015. 151 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GUZZO, Morgani. Em Santa Catarina, 61% das candidatas dizem já terem sofrido violência política de gênero. **Portal Catarinas**, Florianópolis, 3 dez. 2020. Disponível em: <https://catarinhas.info/em-santa-catarina-61-das-candidatas-dizem-ja-terem-sofrido-violencia-politica-de-genero/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

LIMA, Juliana Macedo de; SCHULZ, Rosângela Marione. Política e Gênero: uma discussão teórica sobre a participação da mulher na política brasileira. **III Seminário Internacional de**

**Ciências Sociais - Ciência Política.** Universidade Federal do Pampa, São Borja, p. 1-16, 2014.

MARTINS, Clítia Helena Backx. **Mulher e política: as relações de gênero no pmdb de santa catarina.** 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Mídia e representação política feminina. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 15, nº 1, Junho, 2009, p.55-81.

PEDRO, J. M. As mulheres e a separação das esferas. **Diálogos**, v. 4, n. 1, p. 33 - 39, 12 jun. 2017.

PEDRO, J. M.; VENSON, A. M. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **História Oral**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2012. DOI: 10.51880/ho.v15i2.261. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/261>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**. Ano 9, 2o semestre 2001, p. 268-290.

SALVADOR, Nilce T. Massignan; LENZI, Zuleika Mussi. Poder Local: mulheres em Santa Catarina. **Revista Voto Feminino em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 2, p. 19-22, mar. 2015.

TEIXEIRA DE BARROS, A.; DA SILVA NASCIMENTO, W. Mulheres partidárias: atuação militante e participação nas atividades dos partidos. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 186–225, 2022. DOI: 10.31990/agenda.2021.1.7. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/590>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ZIMMERMANN, Rosana Duarte Carvalho. **Participação político-partidaria da mulher no Estado de Santa Catarina.** 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76481>. Acesso em: 13 nov. 2023.